

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR A
DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PRÓ – REITORIA DE EXTENSÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA

KLEYCIELLE DA CONCEIÇÃO MOURA
MICHELI MARQUES BOROWSKY
SÉRGIO FERREIRA DE LIMA

**CONSTRUINDO UM GUIA RÁPIDO DE INCLUSÃO PARA
PROFESSORES: UM EXEMPLO DE MATERIAL ACESSÍVEL
NA PERSPECTIVA DO DUA**

NOVA IGUAÇU / SEROPÉDICA
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR A
DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PRÓ – REITORIA DE EXTENSÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA

KLEYCIELLE DA CONCEIÇÃO MOURA
MICHELI MARQUES BOROWSKY
SÉRGIO FERREIRA DE LIMA

**CONSTRUINDO UM GUIA RÁPIDO DE INCLUSÃO PARA
PROFESSORES: UM EXEMPLO DE MATERIAL ACESSÍVEL
NA PERSPECTIVA DO DUA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Especialista em Educação Especial e
Inovação Tecnológica

Orientadora: Profa. Ma. Alessandra Andrade
Cardoso

NOVA IGUAÇU / SEROPÉDICA
2024

Construindo um Guia Rápido de Inclusão Para Professores: Um exemplo de material acessível na perspectiva do DUA

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Especialista em Educação Especial e Inovação Tecnológica.

Nova Iguaçu, 20 de dezembro de 2024.

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Prof.(a) Ma. Alessandra Andrade Cardoso - UFRRJ/CECIEPJ
Orientador(a) e Presidente da Banca

Prof.(a) Ma. Magda Fernandes de Carvalho - UFRRJ/CECIEPJ
Membro Titular

Prof.(a) Dra. Naiara Miranda Rust - UFRRJ/CECIEPJ
Membro Titular

Rio de Janeiro, 2024

RESUMO

No presente trabalho destacamos os pressupostos teóricos da PNEEPEI (Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva de uma Educação Inclusiva) e como isso deve se refletir nas abordagens didático-pedagógicas no cotidiano das escolas reais. Destacamos o mandato pedagógico da escola de modo a orientar suas práticas, para uma educação inclusiva, que se afaste de visões biomédicas da deficiência, que reduzem todos os estudantes e, em especial, aqueles e aquelas que são público-alvo da educação especial, à práticas advogando escolhas metodológicas específicas para cada diagnóstico. Aplicamos uma abordagem que coloca a escola e suas metodologias como um espaço do cuidado e do fazer pedagógico que contemple a diversidade de corpos, de modos de ser e estar no mundo, assim como de aprender, cada qual no seu ritmo. Procuramos exemplificar essa abordagem de educação inclusiva, que enxerga a deficiência a partir de uma visão biopsicossocial, na produção de um objeto educacional na forma de um guia de consulta rápida, para professores, que apresenta o mesmo conteúdo, acessível em mais de um formato, de modo que não privilegie apenas um público-alvo corpronormativo.

Palavras-chave: REA; Educação Inclusiva; DUA.

ABSTRACT

In this work, we highlight the theoretical assumptions of the PNEEPEI (National Policy for Special Education in the Perspective of Inclusive Education) and how this should be reflected in the didactic-pedagogical approaches in the daily life of real schools. We emphasize the pedagogical mandate of the school in order to guide its practices towards inclusive education, moving away from biomedical views of disability that reduce all students, especially those who are the target audience of special education, to patients, advocating for specific methodological choices for each diagnosis. We apply an approach that positions the school and its methodologies as a space for care and pedagogical practice that encompasses the diversity of bodies, ways of being and existing in the world, as well as learning, each at their own pace. We seek to exemplify this inclusive education approach, which perceives disability from a biopsychosocial perspective, through the production of an educational object as a quick reference guide for teachers that presents the same content accessible in more than one format, so as not to privilege only a normatively-bodied target audience.

Keywords: OER; Inclusive Education; UDL.

LISTA DE ABREVIACOES

AEE	Atendimento Educacional Especializado
DUA	Design Universal da Aprendizagem
PNEEPEI	Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva de uma Educação Inclusiva
PAEE	Planejamento do Atendimento Educacional Especializado
TEA	Transtorno do Espectro Autista

Sumário

Introdução	8
Justificativa	9
Objetivo geral	10
Revisão da Literatura	10
Por que o público-alvo da educação especial deve estar na escola regular?	11
Aprendizagem e desenvolvimento em contextos de diversidade	12
Arcabouço legal	13
Percurso Metodológico	15
Produto Educacional	20
Parte 1: Arcabouço legal e teórico	20
Parte 2: Conceitos básicos	22
Parte 3: Boas práticas para a educação inclusiva	22
Resultados Esperados	24
Considerações Finais	26
Referências	27

Introdução

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.”

Paulo Freire

Neste trabalho apresentamos o desenvolvimento de um guia rápido sobre educação inclusiva, para professores, que seja tanto um material de consulta cotidiana, “mão na massa”, para ações docentes mais inclusivas, como também, um exemplo de produção de recurso didático acessível incorporando as melhores práticas, aderentes aos marcos legais, aos pressupostos pedagógicos e princípios teóricos da educação especial, que se encontram na redação e no espírito original da PNEEPEI.

Pretende-se que este guia contribua para que mudanças nas práticas pedagógicas dos professores as tornem cada vez mais acessíveis e inclusivas, superando visões de educação corponormativas e/ou capacitistas.

O que este trabalho tenta se diferenciar, de outros inúmeros e ótimos guias disponíveis para professores, é que ele segue dois paradigmas que julgamos aumentar a efetividade das mudanças no chão das salas de aula reais:

1. O guia estará disponível em versão para impressão em tinta (PDF), impressão braille (otimizado para leitores de tela) (TXT) e também disponível na web em formato de leitura (html) e editável em um formato aberto (ODF). O guia usa uma licença de distribuição que incentiva a remixagem e redistribuição do mesmo - **Licença Creative Commons**¹.
2. Nossa abordagem pretende **não** se afastar do espírito original da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva de uma Educação Inclusiva de 2008 - PNEEPEI, isto é, este trabalho não trata a deficiência como uma característica biomédica. Portanto, nos afastamos de abordagens medicalizantes que advogam que o atendimento ao público-alvo da educação especial, na escola regular, precise de abordagens distintas, para cada diagnóstico, no caso geral.

¹- <https://br.creativecommons.net/licencas/>

Justificativa

A despeito da PNEEPEI completar, em 2024, 16 anos da sua promulgação, sua compreensão e efetivação, nas salas de aula, ainda está repleta de dúvidas, incompreensões e mesmo tentativas de ataques e retrocessos por ações políticas dentro e fora da escola, como nos alerta (Guedes, 2022, p.52):

O contexto da influência se constitui como a base do processo de mudança, que pode ter origem nas escolas ou nas discussões de grupos que formulam os documentos políticos e legais. Seu objetivo é provocar desequilíbrios no pensamento para atingir novas formas de compreender a educação escolar, caracterizado por um movimento híbrido, em que a perspectiva inclusiva passa a ter força e legitimidade, ao mesmo tempo que continua lutando e resistindo às forças que se opõem, posto que os avanços também são desafiados...

Também, por conta do arcabouço legal da educação especial se encontrar disperso por diversas leis, pareceres, normativas e, considerando que, a despeito das políticas de formação continuada, ainda verifica-se muitos professores com questionamentos sobre como (e por que) atender aos estudantes público-alvo da educação especial, na escola regular, muitas vezes, reproduzindo, em suas práticas cotidianas, concepções da deficiência, já superadas no aparato legal da educação especial, é que resolvemos produzir um material que explicita o mandato pedagógico da escola e, ao mesmo tempo, apontem algumas abordagens, de consulta rápida, em linguagem simples², de como acessar legislações, conceitos básicos sobre a política de educação inclusiva e melhores práticas, na nossa compreensão da PNEEPEI, para uma educação que não deixe ninguém para trás, independente de características singulares, que resgatem a escola como espaço de cuidado mas, sobretudo, do **fazer pedagógico** e não como uma extensão da clínica/consultório ou para abordagens ou metodologias biomédicas das pessoas com deficiência que deixam de serem vistas como estudantes e são encaradas a partir de seus diagnósticos (DINIZ, apud FOGAÇA, 2009, p.9):

O modelo biomédico considera a deficiência sendo a lesão em um corpo, como responsabilidade individual, os impedimentos devem ser objeto de intervenção médica com práticas de reabilitação a fim de atenuar a anormalidade. Pensar nesta concepção de atuação com as pessoas com deficiência, refletindo também para além do atendimento médico as formas educacionais que buscam a “docilização” dos corpos para que se adaptem ao padrão social de aceitação.

² https://pt.wikipedia.org/wiki/Linguagem_simples

Objetivo geral

Nosso objetivo é construir um guia de consulta rápida, para professores, com uma licença de distribuição que incentive a cópia, remixagem e redistribuição do mesmo, isto é, apostamos no paradigma dos Recursos Educacionais Abertos (REA).

Em oposição à lógica dos materiais didáticos tradicionais, a filosofia dos recursos educacionais abertos coloca os materiais educacionais na posição de bens comuns e públicos, voltados para o benefício de todos, especialmente daqueles que hoje ainda recebem pouco ou nenhum apoio do sistema educacional, como adultos e pessoas portadoras de deficiência (SANTANA, 2012, p.39).

Escolhemos REA como estratégia para a difusão de conhecimentos básicos de combate ao capacitismo presente na sociedade e, especificamente, dentro de instituições educacionais, de modo que os professores possam ter um material com informações claras, conceitualmente aderentes à legislação vigente e objetivas para que suas ações cotidianas se pautem pelo direito de permanência e aprendizagem das pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e/ou com altas habilidades e superdotação, evitando, tanto quanto possível, a tentação da diferenciação curricular em nome da inclusão escolar!

Revisão da Literatura

Um dos maiores desafios para uma educação especial e inclusiva, na perspectiva dos direitos humanos, antes mesmo de um debate sobre o que isto significa e o que é efetivamente praticado em nossas escolas (PLETSCH, 2021), é termos formações continuadas de professores e professoras nesta temática (KASSAR, 2014) e, não menos importante, que possam efetivamente ter garantidos, em sua carga horária de trabalho, tempo para estudo e planejamento.

Com base em nossas leituras, ao longo desta especialização, apresentamos brevemente os argumentos pedagógicos e legais, para a atual política nacional de educação especial. Devido ao escopo do público-alvo deste guia e a natureza deste material, não entraremos nos aspectos históricos ou nas diversas fases pelas quais passaram a Educação Especial, no Brasil e no Mundo, até a chegada da versão vigente. Muito embora não possamos deixar de destacar que, desde 2020, há um

movimento crescente de ataque ao atual espírito da PNEEPEI com sucessivas tentativas de retrocessos a modelos já superados de Educação Especial, como por exemplo, nas primeiras versões do parecer nº 50³, do Conselho Nacional de Educação, que apresentava uma descaracterização do Atendimento Educacional Especializado, transformando a Escola em algo mais próximo de um espaço clínico do que de um espaço pedagógico.

Por que o público-alvo da educação especial deve estar na escola regular?

Há, basicamente, duas premissas fundamentais para que os estudantes, público-alvo da educação especial, estejam em escolas regulares junto com todos os demais estudantes, sem diferenciação curricular e sem estratégias de acessibilidade ao currículo aprendendo e desenvolvendo plenamente suas potencialidades, a despeito de suas singularidades.

A primeira diz respeito aos estudos críticos da deficiência (DINIZ *et al*, 2009) que, nos últimos 20 anos, tem acumulado reflexões que superaram a visão biomédica da deficiência que considerava a mesma como um problema médico do indivíduo e, portanto, uma “tragédia pessoal” a ser curada e que justificaria segregá-los em espaços educacionais, ditos especiais, ou com planejamentos e currículos individualizados em que um hipotético saber especializado de professores seria necessário, para cada diagnóstico, de modo que, só então, essas pessoas aprenderiam ou desenvolveriam suas potencialidades e, dessa forma, estariam prontas para o currículo regular.

No modelo social da deficiência há um deslocamento da ideia de que a “deficiência” estaria no indivíduo. Esta passa a ser vista como estando nas barreiras produzidas pelo ambiente ou pelo entorno social do mesmo.

Não se nega as características biomédicas particulares de uma pessoa (aqui, chamadas de “impedimentos”). Ao contrário, considera-se que o problema a ser “curado” está, na verdade, nas barreiras arquitetônicas, atitudinais, e de acessibilidade ao currículo que impedem pessoas, com algum tipo de impedimento, de exercerem plenamente suas potencialidades e/ou ocupar os mesmo espaços como as pessoas sem impedimento.

³ <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2023-pdf/254501-pcp050-23/file>

No modelo social, a deficiência não está no indivíduo mas é uma construção social. Ela está nas barreiras que a sociedade oferece aos corpos, com algum tipo particular de impedimento. Neste modelo é necessário transformar a sociedade para que todos os corpos e modos de ser e estar o mundo possam ocupá-los em condições de equidade.

Nesta perspectiva, no lugar de uma escola especial segregada (ou práticas e currículos escolares diferenciados dentro da escolar regular, em função de um dado diagnóstico), o que se busca é uma escola regular e práticas escolares diversificadas, que se organizem para romper com toda e qualquer barreira que inviabilize, pessoas com algum tipo de impedimento, de ocuparem esses espaços e, assim, desenvolverem ao máximo suas potencialidades.

Ou seja, no lugar de planejamentos individualizados para cada diagnóstico ou condição singular (modelo biomédico) defendemos planejamentos pedagógicos diversificados que contemplem todos os modos de ser e estar no mundo, todas as formas de se aprender! É o ambiente escolar que precisa ser “curado” de modos homogeneizantes de se ensinar e aprender (modelo social), conforme (Lanuti, 2022, p.1194):

Se ignorarmos o princípio de igualdade intelectual, continuaremos a comparar o desenvolvimento dos alunos com base em um perfil preconcebido que, hipoteticamente, detém o verdadeiro conhecimento que, portanto, precisaria ser reproduzido; cairemos na armadilha de comparar “ritmos” de aprendizagem e, ainda, propor um ensino diferenciado a cada grupo de estudantes que, supostamente, apresentaria o mesmo estilo de aprender – uma prática que vai na contramão de uma educação inclusiva.

Aprendizagem e desenvolvimento em contextos de diversidade

A segunda premissa, para que todas as pessoas, independente de suas condições singulares, devam frequentar os mesmos espaços educativos se deve aos estudos sociais da aprendizagem de *Lev Vygotsky* (VYGOTSKY, 2007). Segundo essa perspectiva, a diversidade cultural contribui para o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos e esse desenvolvimento cognitivo contribui fortemente para as aprendizagens.

Portanto, colocar pessoas com deficiência na realidade diária da escola regular, como metodologias diversificadas, contribui para o seu desenvolvimento cognitivo ao mesmo tempo que a prepara para a vida em sociedade. Uma outra importante

consequência dessa convivência de diversos tipos de corpos, sensorialidades e modos de ser, na escola regular, é que a sociedade, constituída nesse microcosmo escolar, aprende também a conviver com a diversidade.

No pensamento de Vygotsky, a linguagem desempenha um importante papel na aprendizagem, portanto integrar a diversidade, no contexto escolar, não só contribui para a aprendizagem de todos como aumenta as potencialidades de desenvolvimento de pessoas com deficiência por experimentarem espaços culturais mais ricos do que aqueles de ambientes (ou currículos) segregados.

Para Vygotsky, os impedimentos pessoais não são limitantes para a aprendizagem, mas desafios que podem ser superados com apoio social e pedagógico apropriado ou com estratégias de acessibilidade ao currículo (pense PAEE⁴ e DUA⁵). As estratégias pedagógicas devem considerar os potenciais de aprendizagem dos estudantes com algum impedimento, tendo a mediação de outras pessoas (professores e estudantes), o uso de recursos pedagógicos, tecnologia assistiva e/ou de acessibilidade escolhidos com bastante diversidade para que possam atender às diversas formas de ser e aprender (PORTELA, et al, 2024, p.134):

Proporcionar uma educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças e necessidades, é um desafio que exige a adoção de metodologias ativas e flexíveis, as quais permitam acessar diferentes estilos de aprendizagem. Nesse contexto, o Desenho Universal da Aprendizagem emerge como uma estratégia promissora para promover a inclusão e garantir que todos os estudantes tenham equidade de oportunidades de aprendizagem. A partir da perspectiva inclusiva, o processo de aprendizagem e o desenvolvimento de cada estudante são únicos, singulares. Da mesma forma, esse processo é dinâmico, não linear, necessitando de um planejamento pedagógico inclusivo e contínuo(...)

Arcabouço legal

Não obstante termos duas potentes teorias embasando a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares, é verdade também que, a luta histórica dessas mesmas pessoas, por seus direitos sociais e políticos, ao longo dos anos, em diversas partes do Brasil e do mundo tem contribuído para a construção do atual arcabouço jurídico que garante a elas, entre diversos outros, o direito pleno de estar, permanecer e aprender, na escola regular, em iguais condições (direitos a acessibilidade), sendo a

⁴ PAEE - Planejamento do Atendimento Educacional Especializado.

⁵ DUA - Design Universal da Aprendizagem

perspectiva da educação inclusiva um direito fundamentado no aparato legal que, brevemente, elencamos a seguir.

A constituição federal de 1988 (BRASIL, 1988) que assegura a todas e todos o direito à educação, inclusive explicitando, em seu artigo 208, inciso III, a garantia do atendimento educacional especializado, às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Ainda, com *status* de emenda constitucional, temos a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009) que reforça o direito à educação inclusiva e orienta políticas de inclusão e acessibilidade em todos os níveis de educação.

A LDB (BRASIL, 1996), que estabelece as diretrizes para a organização da educação brasileira, destaca a educação inclusiva e explícita, em seu artigo 58, o público-alvo do atendimento educacional especializado: estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Diferentemente da educação especial praticada em outros países, no Brasil, foi criado o Atendimento Educacional Especializado, que é um serviço cuja finalidade é identificar e remover as barreiras que impeçam, pessoas com deficiência, de desenvolverem suas potencialidades na escola regular. Este serviço tem um caráter complementar e suplementar (não substitutivo) da educação regular e está definido através do Decreto nº 6.571/2008 (BRASIL, 2008).

Em continuidade ao fortalecimento da Educação Inclusiva no Brasil foi editado o Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014 (BRASIL 2014) que em sua Meta 4 garante a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades na rede regular de ensino.

Toda a política de educação especial está explicitada na PNEEPEI (BRASIL, 2008) que estabelece as bases legais e filosóficas da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, nas escolas regulares públicas e privadas, de todos os segmentos, no Brasil.

Tangenciando a educação, mas alargando esses direitos para outros setores da vida cidadã, de pessoas com deficiência, temos a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015) que, além de marco para a inclusão e acessibilidade, em seu artigo 28, reforça o direito à educação inclusiva e a oferta de atendimento educacional especializado.

Como vemos, a educação de todas e todos, independente de suas singularidades, na escola regular, seja ela pública ou privada, para além de uma prerrogativa legal, corroborada por diversos aparatos legais brasileiros, é uma exigência da aplicação do conhecimento prático e acadêmico acumulado. O estado da arte de qualquer pedagogia contemporânea não deveria cogitar qualquer tipo de segregação de currículo ou de pessoas, disfarçadas de inclusão, quando se deseja que todas e todos alcancem o máximo de suas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagens.

Percurso Metodológico

O procedimento metodológico para a elaboração do guia rápido de educação inclusiva para professores está fundamentado em uma abordagem que tenha como objetivo garantir que o material atenda efetivamente às necessidades de formação dos educadores. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica abrangente para embasar teoricamente as práticas inclusivas, considerando as diretrizes legais.

De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é uma etapa essencial para a construção de conhecimento em qualquer área, pois permite que o pesquisador aprofunde-se no tema de estudo a partir de fontes já publicadas, identificando o estado da arte e as lacunas existentes no campo. O autor explica que “a pesquisa bibliográfica é aquela que se desenvolve a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44). Esse tipo de pesquisa tem como função proporcionar uma visão geral sobre determinado assunto, permitindo que o pesquisador entenda o desenvolvimento histórico e as principais contribuições teóricas já estabelecidas.

Para determinarmos os conceitos sobre educação inclusiva abordados no nosso guia prático levamos em conta as nossas práticas comparadas com aquilo que é entendido como boas práticas baseadas em nossa pesquisa bibliográfica. Essa escolha objetivava que o conteúdo do guia refletisse as necessidades reais dos educadores, tornando-o um recurso mais útil e próximo da realidade escolar.

Nesse sentido, essa etapa buscou traduzir o que levantamos na pesquisa bibliográfica e pudesse ser traduzido para o dia-a-dia da escola real de modo que

fossem propostas realistas e aplicáveis ao contexto escolar. O guia também foi projetado para facilitar o acesso ao mesmo e sua disseminação, incluindo versões otimizadas para impressão em Braille, promovendo a inclusão não apenas na teoria, mas também na prática. A expectativa é que, por meio desse processo metodológico, o guia se torne um recurso valioso e efetivo na promoção da educação inclusiva, contribuindo para a capacitação dos docentes e para a melhoria do ambiente educacional para todos os estudantes.

A ausência de formação em educação inclusiva também impacta a comunicação entre professores e professoras, equipes pedagógicas e familiares. Sem o domínio de conceitos inclusivos, professoras e professores têm dificuldade em dialogar com outros profissionais sobre as necessidades específicas dos estudantes, limitando a criação de um Plano de Ensino Individualizado (PEI) e adaptado. Para os estudantes, isso significa um acesso reduzido a práticas que respeitem seu ritmo de aprendizado e respondam a suas necessidades específicas.

Nesse contexto, para que o processo de inclusão escolar seja efetivo, é essencial que os docentes recebam capacitação contínua sobre os princípios, diretrizes e práticas da educação inclusiva. Essa formação deve contemplar não apenas o conhecimento de terminologias e políticas inclusivas, mas também o desenvolvimento de competências para a acessibilidade de conteúdos, metodologias e avaliações, além de um trabalho profundo para desconstruir preconceitos e práticas excludentes que ainda persistem na educação. Conforme Pacheco (2008),

A formação contínua dos educadores deve ser um direito garantido e um compromisso das instituições de ensino, pois somente assim será possível transformar a prática pedagógica e garantir a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas condições e necessidades (Pacheco, 2008, p. 56).

Com isso, a falta de capacitação dos docentes em educação inclusiva representa uma barreira significativa para a efetivação de um ambiente verdadeiramente inclusivo. A preparação desses profissionais é uma necessidade urgente para que possam compreender e utilizar, de forma consciente e prática, as terminologias e abordagens inclusivas, promovendo um ensino que valorize e respeite a diversidade presente em sala de aula.

Além disso, muitos professores e professoras enfrentam sérias dificuldades para se capacitar devido a uma carga de trabalho exaustiva e à falta de apoio institucional. A

realidade de muitos docentes envolve jornadas de trabalho longas e intensas, frequentemente divididas entre diferentes escolas, além de outras demandas administrativas e pedagógicas que vão além da sala de aula. Esse cenário deixa pouco ou nenhum tempo para que possam buscar formação continuada ou participar de cursos e capacitações específicas para atender às necessidades educacionais inclusivas dos estudantes.

Outro desafio significativo é a falta de investimento e incentivo por parte das instituições escolares. Em muitas escolas, especialmente nas redes públicas, a oferta de programas de capacitação é insuficiente, e o tema da educação inclusiva muitas vezes não recebe a devida atenção. Com recursos limitados, as escolas não priorizam a formação de seus profissionais para desenvolver competências inclusivas, deixando professores e professoras sem apoio ou orientação para lidar com as demandas específicas da inclusão em sala de aula. Essa falta de suporte institucional leva à sobrecarga dos professores e professoras que precisam enfrentar os desafios da inclusão com pouco preparo e recursos.

Essa ausência de formação adequada gera um impacto direto na qualidade do ensino, pois o professor ou a professora, mesmo querendo proporcionar um ambiente acolhedor e acessível, sente-se desamparado e inseguro em relação às práticas inclusivas. Sem a capacitação necessária, os educadores e as educadoras acabam repetindo métodos convencionais que podem não ser eficazes para todos os estudantes, dificultando o aprendizado de crianças e jovens com necessidades específicas.

Para agravar o problema, o tempo pessoal que resta para a capacitação é frequentemente reduzido pelo acúmulo de atividades, como planejamento de aulas, correção de provas e atividades extracurriculares. A ausência de políticas públicas e de incentivo das escolas para o desenvolvimento profissional de professores e professoras perpetua essa falta de preparação, deixando-os à margem de novos conhecimentos e práticas pedagógicas inclusivas.

Por tudo isso, é essencial que as instituições de ensino e os governos criem condições para que professores e professoras tenham acesso a formações continuadas, remuneradas e adaptadas às suas realidades. Iniciativas como formações online flexíveis, parcerias com universidades e incentivos para que professores e professoras possam participar de cursos e seminários sobre educação inclusiva são

passos necessários para que esses profissionais se sintam capacitados, apoiados e prontos para enfrentar os desafios da inclusão em sala de aula.

Diante do exposto, o nosso guia utilizará de licenças abertas, como as dos Recursos Educacionais Abertos (REA), que é uma prática fundamental para a democratização do conhecimento e a promoção da educação inclusiva e acessível. De acordo com Carvalho e Ferreira (2018), as licenças abertas permitem que materiais educacionais sejam acessados, compartilhados e reutilizados livremente por qualquer pessoa, sem barreiras financeiras. Isso é especialmente relevante em contextos onde o acesso a recursos de formação pode ser limitado, como em regiões com escassez de investimentos em educação. Ao disponibilizar o guia sob uma licença aberta, educadores e educadoras têm a oportunidade de acessar e utilizar materiais de qualidade, independentemente de sua localização ou situação econômica.

Atualmente, o movimento REA tende a ser visto como parte do movimento mais amplo pela educação aberta (EA). Nesse contexto, REA seriam materiais de ensino e aprendizagem disponibilizados na web sob licenças abertas, bem como registros de práticas pedagógicas e métodos de pesquisa. (Carvalho e Ferreira, 2018, p.742)

Para tanto, o guia de educação inclusiva para professores se torna um ponto de partida para a colaboração e a co-criação de conteúdos educacionais, permitindo que educadores e educadoras de diferentes regiões possam contribuir com suas experiências, adaptações e sugestões, enriquecendo o material inicial. Com a possibilidade de modificação e adaptação dos materiais licenciados abertamente, o guia pode ser constantemente atualizado, para refletir novas pesquisas, práticas e contextos educacionais específicos. Isso assegura que o conteúdo permaneça relevante e aplicável, atendendo às necessidades de formação dos professores de forma contínua. A atualização colaborativa permite que as melhores práticas sejam compartilhadas e disseminadas rapidamente, promovendo uma cultura de aprendizado dinâmico.

Além disso, a utilização de licenças abertas em um guia rápido também contribui para o fomento da inclusão digital, pois ao incentivar a utilização e a adaptação de recursos educacionais online, cria-se um ambiente que valoriza as tecnologias digitais como ferramentas de ensino. Isso é particularmente importante em um mundo onde a tecnologia desempenha um papel crescente na educação, garantindo que todos os educadores, educadoras e estudantes tenham as oportunidades de aprendizado que a era digital proporciona.

Conforme Carvalho e Ferreira (2018), ao propiciar o empoderamento de professores e professoras com informações e ferramentas adequadas, estaremos contribuindo para uma educação mais justa, equitativa e inclusiva. Assim sendo, a adoção de licenças abertas para o compartilhamento do guia digital não só promove a democratização do acesso ao conhecimento, mas também estimula a colaboração, a atualização contínua e a inclusão digital. Essa abordagem é fundamental para garantir que todos os educadores e educadoras tenham acesso a recursos valiosos que possam transformar suas práticas pedagógicas e, conseqüentemente, o aprendizado dos estudantes.

Produto Educacional

O produto educacional foi desenvolvido por professores, para professores, com o objetivo de orientar e facilitar a disseminação de conhecimento para profissionais de educação sobre os fundamentos e aspectos mais cotidianos e imediatos para uma escola inclusiva.

Nosso guia prático é um material de acesso disponível na web (em 4 formatos) e com uma licença de distribuição que incentiva a remixagem e redistribuição do mesmo – Licença *Creative Commons*, e foi desenvolvido pensando no Design Universal da Aprendizagem. Isto significa que, entre outras coisas, ele usa, tanto quanto possível, o mínimo de imagens e está otimizado para aplicativos leitores de tela (dosvox, nvda, ORCA etc).

O desenho universal da aprendizagem é um modelo conceitual que descreve as características essenciais de um currículo efetivo e abrangente. O objetivo do DUA é proporcionar a todos os discentes, com ou sem necessidades educacionais especiais, oportunidades iguais de aprendizagem, independente de suas habilidades, necessidades e competências [...] a escola é para todos e tempo de aprender é puramente individual (OLIVEIRA, R. Sala de Recursos Revista 8º edição, 2022.).

O guia está dividido em 3 partes:

Quadro 1 - Partes do guia rápido para Professores

Parte 1: Arcabouço legal e teórico

Parte 2: Conceitos básicos

Parte 3: Boas práticas para a educação inclusiva

Fonte: Autoria própria, 2024 Disponível em <https://educacao-inclusiva.wiki> Acesso em: nov de 2024

Parte 1: Arcabouço legal e teórico

O arcabouço legal da educação especial tem como principal objetivo garantir o direito à educação de todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Ele serve para assegurar a inclusão, definir direitos e deveres, orientar as políticas públicas, promover a igualdade de oportunidades e combater a discriminação.

Nesta seção apresentamos brevemente os argumentos, pedagógicos e legais, para a atual política nacional de educação especial do modo que consta no nosso guia.

A constituição federal de 1988 (BRASIL, 1988) que assegura a todas e todos o direito à educação, inclusive explicitando, em seu artigo 208, inciso III, a garantia do atendimento educacional especializado, às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96: A LDB estabelece os fundamentos e as diretrizes da educação brasileira, incluindo a educação especial. Ela define a educação especial como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.

Plano Nacional de Educação (PNE): O PNE estabelece metas e diretrizes para a educação brasileira nos próximos anos, com foco na universalização do acesso à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) - Lei nº 13.146/2015: A LBI é um marco legal fundamental para a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade brasileira. Ela garante o direito à educação, à saúde, ao trabalho e à acessibilidade, entre outros.

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica: Esse documento orienta os sistemas de ensino na organização e implementação da educação especial, estabelecendo princípios, objetivos e ações para a inclusão escolar.

A Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008 tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Parte 2: Conceitos básicos

A educação especial abrange uma vasta gama de termos e conceitos que podem ser complexos até mesmo para profissionais da educação. Este bloco do guia pretende explicar de forma clara e concisa o significado de cada termo, permitindo que os profissionais encontrem rapidamente a definição específica. Ao estabelecer definições precisas para os termos técnicos e conceitos, este material pode promover uma boa comunicação, orientar profissionais, aprimorar práticas pedagógicas e disseminar o conhecimento sobre educação especial, ajudando a desmistificar a área e a promover a inclusão escolar.

No decorrer de nossas práticas diárias exercendo nossas atividades profissionais em escolas e universidades, observamos que a falta de capacitação e compreensão dos docentes em relação aos termos e conceitos específicos da educação inclusiva é um dos principais obstáculos para a implementação efetiva de práticas inclusivas. Muitos professores e professoras, por não terem recebido formação adequada sobre inclusão, enfrentam dificuldades em identificar, compreender e atender às necessidades educacionais específicas dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e outras condições que requerem acessibilidade ao currículo no processo de ensino-aprendizagem.

Essa carência de conhecimento gera insegurança e limita o potencial dos docentes para realizar intervenções pedagógicas eficazes. Quando os educadores não compreendem adequadamente termos como "necessidades educacionais específicas"

(NEE) e "adaptação curricular", por exemplo, acabam por recorrer a estratégias pedagógicas inadequadas ou insuficientes para atender às demandas dos estudantes. Além disso, a falta de familiaridade com termos e práticas inclusivas pode perpetuar práticas excludentes e atitudes preconceituosas, muitas vezes inconscientemente, prejudicando o desenvolvimento de estudantes público-alvo da educação especial.

Parte 3: Boas práticas para a educação inclusiva

As boas práticas para a educação inclusiva servem para garantir que todos e todas as estudantes, independente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade e possam desenvolver todos seus potenciais. Elas visam criar um ambiente escolar mais justo e acolhedor onde todas e todos se sintam valorizados e possam aprender juntos.

Neste bloco, foram apresentadas algumas sugestões de boas práticas no espaço escolar, conforme os itens a seguir:

1. Postura anticapacitista: Não pressupor incapacidade de aprender ou para acessar o currículo regular por conta de um diagnóstico ou característica particular. Envolver, também, os estudantes, público-alvo da educação especial, no planejamento das estratégias pedagógicas inclusivas: “nada sobre nós sem nós”.

2. Acessibilidade física e digital: Infraestrutura física: Assegurar que as instalações, como salas de aula, bibliotecas, laboratórios e banheiros, sejam acessíveis para pessoas com deficiência física, incluindo rampas, elevadores e sinalizações adequadas. Recursos digitais acessíveis: As plataformas online, materiais didáticos e atividades virtuais devem estar em formatos acessíveis (legendas, leitores de tela, etc.) para garantir que todos os estudantes possam participar igualmente.

3. Capacitação de professores e funcionários: Propiciar treinamentos regulares para professores e equipe administrativa sobre como identificar necessidades específicas de estudantes e diversificar suas práticas pedagógicas. Ensinar sobre como lidar com estudantes com deficiência, transtornos de aprendizagem e outras diferenças de forma empática e acolhedora.

4. Currículo inclusivo: Acessibilidade curricular, os materiais e estratégias de ensino devem ser diversificados para atender às necessidades de todos os estudantes. Utilize

abordagens visuais (e não visuais), auditivas, interativas e cinestésicas, sem necessidade, *a priori*, de currículos diferenciados.

Flexibilidade nas avaliações: Forneça diferentes formas de avaliação, de participação das aulas, como trabalhos escritos, projetos audiovisuais, apresentações orais ou atividades práticas, para contemplar diferentes estilos de aprendizagem, capacidades e modos de ser e estar no mundo.

5. Tecnologia assistiva: Disponibilizar tecnologia assistiva, como softwares de leitura de texto, dispositivos de amplificação de som ou teclados adaptados para alunos com necessidades específicas.

Acesso a plataformas: Garantir que as plataformas educacionais e bibliotecas digitais estejam equipadas com tecnologias inclusivas que permitam o acesso fácil por alunos com deficiências visuais, auditivas ou motoras.

6. Apoio acadêmico e psicológico: Ofereça programas de tutoria para estudantes com dificuldades acadêmicas ou necessidades específicas, garantindo suporte extra no aprendizado e no desenvolvimento de habilidades.

Mantenha equipes de apoio psicológico para ajudar estudantes que enfrentam desafios emocionais, de saúde mental ou sociais, promovendo o bem-estar e a inclusão no ambiente acadêmico.

7. Políticas institucionais inclusivas: Desenvolver políticas claras que promovam a inclusão e garantam que os estudantes com necessidades específicas tenham os mesmos direitos e oportunidades.

Criar grupos responsáveis pela implementação de práticas inclusivas e pela garantia de que estudantes com deficiência, estudantes de minorias e outros grupos sub-representados estejam adequadamente apoiados.

8. Sensibilização da comunidade acadêmica: Campanhas de conscientização: Promover palestras, *workshops* e eventos sobre inclusão e diversidade para engajar toda a comunidade acadêmica (professores, estudantes, funcionários e funcionárias) em temas de inclusão.

Programas de integração: Incentivar atividades que promovam a interação entre estudantes de diferentes origens e habilidades, ajudando a construir um ambiente mais acolhedor e colaborativo.

9. Inclusão em atividades extracurriculares: Apoio a eventos acadêmicos e sociais: Garanta que eventos culturais, esportivos e sociais oferecidos pela instituição sejam acessíveis a todos da comunidade, promovendo a participação ativa de estudantes com deficiência ou necessidades específicas.

10. Autonomia e empoderamento dos estudantes: Ofereça ferramentas e serviços que ajudem os estudantes a desenvolverem sua autonomia, como orientação vocacional e apoio na adaptação ao ambiente universitário.

Incentive a participação de estudantes em conselhos e comitês acadêmicos, garantindo que suas vozes sejam ouvidas nas decisões institucionais que afetem a comunidade universitária.

Resultados Esperados

A elaboração de um guia rápido que aborda a temática de boas práticas de educação inclusiva expressa uma iniciativa crucial para suprir a eventual falta de capacitação e auxiliar docentes em sua prática pedagógica. Nossa proposta de guia tem o potencial de servir como um recurso acessível e prático, que pode ser utilizado por professores e professoras, de diversas formações e experiências, independentemente de sua familiaridade com os conceitos e metodologias inclusivas.

É preciso pontuar de início que uma das principais vantagens de nossa proposta de guia rápido é sua acessibilidade, pois professoras e professores podem acessar o material em qualquer momento e de qualquer lugar, utilizando dispositivos como computadores, *tablets* ou *smartphones*. Essa flexibilidade permite que os docentes leiam, reflitam e consultem as informações sempre que necessário, facilitando a integração das práticas inclusivas em seu cotidiano escolar. Além disso, a linguagem clara e objetiva do guia pode tornar o conteúdo mais compreensível, permitindo que educadores e educadoras se sintam mais seguros ao aplicar as orientações propostas.

O guia rápido pode fornecer orientações práticas sobre como implementar estratégias inclusivas em sala de aula, incluindo exemplos de acessibilidade curricular,

metodologias diferenciadas e formas de avaliação inclusivas. Portanto, ao apresentar essas práticas de maneira estruturada e contextualizada, o guia não apenas oferece conhecimentos teóricos, mas também propõe soluções concretas que professores e professoras possam implementar imediatamente. Esse tipo de formação prática é fundamental para que educadores e educadoras sintam que têm ferramentas reais para enfrentar os desafios da inclusão.

Vale destacar também que, ao abordar as, possivelmente, principais dúvidas e dificuldades enfrentadas por docentes, o guia rápido poderá ajudar a reduzir a insegurança que muitos professores e professoras sentem em relação à educação inclusiva. O material inclui seções sobre terminologias específicas e legislação pertinente, o que permite que educadores e educadoras se sintam mais preparados para lidar com a diversidade em sala de aula. A disponibilização de recursos e referências adicionais para aprofundamento também poderá incentivar professoras e professores a buscar mais conhecimento e formação continuada.

Nesse sentido, espera-se que além de auxiliar professoras e professores individualmente, o guia rápido possa fomentar um senso de comunidade entre educadores, compartilhando vivências, experiências e práticas bem-sucedidas. A partir do uso do guia, docentes poderão construir uma rede colaborativa que fortalecerá a implementação de práticas inclusivas em seus ambientes educacionais. Essa troca de saberes e experiências pode ser fundamental para a formação de uma cultura escolar que valoriza a diversidade e promove a inclusão de todos os estudantes.

Em suma, espera-se que este guia represente uma resposta prática e acessível à carência de capacitação de professores e professoras em educação inclusiva fornecendo informações objetivas, estratégias práticas e recursos de apoio. Por todos esses aspectos, acreditamos que este guia tem o potencial de impactar a prática pedagógica e contribuir para um ambiente escolar mais inclusivo, onde estudantes, com ou sem algum tipo de impedimento, possam aprender e se desenvolver plenamente.

Essa iniciativa não apenas pode contribuir para a capacitação de educadores, mas também reafirma o compromisso da educação com a diversidade e a inclusão, assegurando que as necessidades de todos os estudantes sejam respeitadas e atendidas.

Considerações Finais

A educação é um direito de todas e todos, independente de condições singulares, impedimentos de qualquer natureza, de modos de ser ou estar no mundo. Um direito conquistado ao longo de anos de luta de setores marginalizados da sociedade e que está garantido, num extenso e coerente arcabouço legal e teórico, cuja síntese se encontra na PNEEPEI (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de uma Educação Inclusiva).

Neste trabalho defendemos uma compreensão e aplicação da PNEEPEI que busca a construção de uma escola acolhedora, que rejeita a medicalização da vida como prática pedagógica, que reforça e resgata, na escola, a prevalência do fazer pedagógico sobre a “laudarização” das práticas docentes. Que assegura a todas e todos o direito de acesso, permanência e aprendizagem, na escola regular, cada qual no seu ritmo e nos seus termos, sem distinção de currículos, mas buscando estratégias particulares que se façam necessárias para superar todas as barreiras de acessibilidade ao currículo comum.

Defendemos a diversidade de estratégias, de recursos e práticas pedagógicas de modo que todos os corpos e sensorialidades, e não apenas aqueles normativos, tenham a oportunidade de desenvolver ao máximo seus potenciais. Defendemos a sinergia entre o DUA (Design Universal de Aprendizagem) e o PAEE (Plano de Atendimento Educacional Especializado), assim como, o trabalho colaborativo de profissionais de educação, dialogando com as famílias e demais setores (intersectorialidade entre educação e saúde) para que ninguém fique para trás ou tenha currículos segregados como estratégia de “inclusão”.

Aplicamos estas concepções, extraídas da PNEEPEI, à produção de um guia rápido de educação inclusiva, cujo público-alvo são professoras e professores das salas de aula reais. Investimos num *design* que não privilegia corpos videntes, que permite a livre distribuição e reuso do mesmo. Optamos, preferencialmente, por formatos abertos e por uma abordagem mais “mão na massa”. Porque, acreditamos que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva é uma tarefa de natureza colaborativa, de reflexão, ação e formação permanentes.

Referências

BARTON, Len. A construção social da deficiência: um modelo sociológico para uma análise crítica. In: DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wanderley (orgs.). Deficiência e inclusão. São Paulo: Global, 2009. p. 45-72.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2008

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Glossário da educação especial: Censo Escolar 2022. Brasília, DF: Inep, 2022.

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/pesquisas_estatisticas_indicadores_educacionais/censo_escolar/orientacoes/matricula_inicial/glossario_da_educacao_especial_censo_escolar_2022.pdf

CARVALHO, J. de S.; FERREIRA, G. M. dos S. Debates e Polêmicas. Recursos Educacionais Abertos como Tecnologias Educacionais: Considerações Críticas. Educ. Soc., Campinas, v. 39, nº. 144, p.738-755, jul.-set., 2018

DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS; Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.

KLAZURA, M. A.; FOGAÇA, V. H. B. Pessoa com deficiência entre o modelo biomédico e o modelo biopsicossocial: concepções em disputa . Emancipação, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 21, p. 1–18, 2021. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.21.2013498.006. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/13408>. Acesso em: 26 out. 2024.

LANUTI, J. E. de O. E. A consideração da imprevisibilidade e da liberdade na construção de uma escola inclusiva. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. esp.2, p. 1189–1203, 2022. DOI: 10.21723/riaae.v17iesp.2.16990. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16990>. Acesso em: 28 out. 2024.

MACHADO, Rosângela; BOCK, Geisa Letícia Kempfer; MELO, Anahí Guedes A ESCOLARIZAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PRODUÇÃO DE SENTIDOS in: Estudos da deficiência na educação: anticapacitismo, interseccionalidade e ética do cuidado / Organizadoras: Solange Cristina da Silva, Rose Clér Estivalette Beche e Laureane Marília de Lima Costa. – Florianópolis: UDESC, 2022. pp52.

OLIVEIRA, Ray. Desenho Universal para A aprendizagem. In: *Sala de recursos Revista*. Vol.3, n.2, p. 51 -60, Jul. - dez. 2022. Disponível em: <http://www.saladerecursos.com.br>

PACHECO, José. A escola que queremos: a formação dos professores. 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2008.

PLETSCH, M. D.; SOUZA, F. F. de. EDUCAÇÃO COMUM OU ESPECIAL? Análise das diretrizes políticas de educação especial brasileiras. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp2, p. 1286–1306, 2021. DOI: 10.21723/riaae.v16iesp2.15126. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15126> . Acesso em: 22 mar. 2024

PORTELA, Fabiane; GODOFLITE, Marliese Christine Simulador; PEREIRA, Thiele Araujo; HENRIQUES, Renato Ventura Bayan Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA): Abordagem sociointeracionista unindo para incluir. Disponível em: <https://doi.org/10.51207/2179-4057.20240007> Acesso em Out 2024

SANTANA, B.; PRETTO, N.D.L.;ROSSINI, C. RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS: práticas colaborativas e políticas públicas. – 1. ed., 1 imp. – Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital 2012. pp 39

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

APÊNDICE A – GUIA RÁPIDO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ligação (link) para a versão web - <https://educacao-inclusiva.wiki>

APÊNDICE B – GUIA RÁPIDO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ligação (link) para a versão otimizada para impressão em tinta (PDF) -

<https://educacao-inclusiva.wiki/wp-content/uploads/2024/11/guia-educacao-inclusiva-para-professores.pdf>

APÊNDICE C – GUIA RÁPIDO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ligação (link) para a versão otimizada para impressão em braille (TXT)

<https://educacao-inclusiva.wiki/wp-content/uploads/2024/11/GUIA-EDUCACAO-INCLUSIVA-PARA-PROFESSORES-OTIMIZADO-BRAILLE.txt>

APÊNDICE D – GUIA RÁPIDO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ligação (link) para a versão editável em formato aberto (ODT) -

<https://educacao-inclusiva.wiki/wp-content/uploads/2024/11/guia-educacao-inclusiva-para-professores.odt>